

ALOCAÇÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE À LUZ DE DISTINTAS MOLDURAS CONCEITUAIS COM FOCO NA EXPERIÊNCIA DA UNB

Autora: Ma. Shirlene Lima dos Santos¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a eficiência no uso dos recursos públicos no desempenho das funções de uma universidade pública federal, complementando essa análise com uma avaliação dos gastos efetuados a partir do seu orçamento anual. Para tanto, parte-se de uma breve exposição sobre a teoria das finanças públicas e demais aspectos característicos da administração pública que possibilitam conceituar o gasto público. O estudo traz, na sequência, o financiamento da educação superior, o planejamento orçamentário e a alocação dos recursos executados pelas universidades, bem como os impactos causados pelo contingenciamento das despesas e restos a pagar na execução orçamentária. Percorre-se, ainda, uma análise sobre os gastos e planejamentos deles na Universidade de Brasília. O desenvolvimento da investigação concentrou-se em pesquisa bibliográfica, análise de dados e documentos disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Economia. Concluiu-se que os recursos foram usados de maneira eficiente, uma vez que diante da escassez ainda conseguem cumprir o seu papel na produção de conhecimento.

Palavras-chave: Gasto Público. Orçamento Público. Alocação de Recursos. Universidades Federais.

ABSTRACT

This research aims to analyze the efficiency of public resources in performing the functions of a federal public university, complementing this analysis with an evaluation of the expenditures made from its annual budget. For this purpose, it is based on a brief presentation on public finance theory and other characteristic aspects of public administration that make it possible to conceptualize public spending. The study then presents the financing of higher education, budget planning and the allocation of resources executed by universities, as well as the impacts caused by the contingency of expenditures and leftovers to be paid in budget execution. An analysis of their spending and planning at the University of Brasilia is also carried out. The development of research focused on bibliographic research, data analysis and documents made available by the Ministry of Education (MEC) and the Ministry of Economy. It was concluded that the resources were used in an efficient manner, since in the face of scarcity they are still able to fulfil their role in the production of knowledge.

Keywords: Public spending. Public Budget. Resource Allocation. Federal University.

¹ Resumo Expandido da Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Economia.

Instituição: Universidade de Brasília - UnB

RESUMO EXPANDIDO

No contexto atual da economia brasileira de intensa escassez de recursos, muito se discute acerca da eficiência dos gastos públicos, principalmente em educação pública. Essa preocupação com o comportamento dos gastos na economia é relevante, uma vez que causa impacto direto sobre o crescimento econômico. Analisar os gastos do Governo é primordial para avaliar o esforço do Estado no atendimento às necessidades da população e na melhoria de serviços públicos.

Ao abordar a adequada utilização de recursos públicos, surgem abordagens diferentes acerca do tema. Riani (2002) versa que os gastos públicos podem ser definidos como sendo uma preferência política dos governantes no que se refere aos serviços que eles proporcionam à população. Além disso, evidenciam o custo da quantidade, qualidade e dos bens oferecidos pelo governo. Todavia Abiko (2011) relata que o serviço público varia conforme as características da sociedade, da sua organização política e do seu grau de desenvolvimento de responsabilidade.

No âmbito das despesas públicas, a educação é considerada um dos principais instrumentos de transformação da sociedade. Apesar de não ser um bem público puro, pode ser objetivo de política pública a fim de melhorar a eficiência administrativa, com uma maior oferta de educação do que seria resultado do equilíbrio de mercado. Além de que a educação pública tem também a função de redistribuição de riqueza, ampliando as condições de mobilidade social. A literatura, em geral, reconhece a existência de uma inter-relação entre os níveis de educação e de desenvolvimento socioeconômico de um país (CALEIRO, 2010) e, mostra a importância da educação no crescimento e desenvolvimento econômico, pois um maior nível de educação não só gera efeitos positivos para o indivíduo, mas também para toda a sociedade.

Os recursos aplicados nas Universidades Federais, por meio de programas de governo, têm como fonte, na sua maior parte, o Tesouro Nacional, complementados com emendas parlamentares e com arrecadação própria. Os recursos são aplicados com estrita observância das disposições legais, visando proporcionar à sociedade ensino de qualidade, ou seja, transferência de conhecimento, realização de pesquisas, buscando aperfeiçoar e gerar novos conhecimentos e inserção na sociedade, por meio de atividades de extensão, com o objetivo de contribuir para o seu desenvolvimento.

Uma situação que não pode ser ignorada é que os recursos públicos são limitados e as necessidades ilimitadas, portanto a eficiência na utilização desses recursos é latente, pois absorve uma quantidade expressiva de recursos públicos. O financiamento do ensino superior, no qual as universidades federais fazem parte, vem passando por várias restrições orçamentárias com sucessivos decretos de limitações nos orçamentos de custeio e investimento. Este cenário proporciona um contingenciamento orçamentário da principal fonte financiadora dos recursos das universidades. Conseqüentemente, as despesas das universidades são impactadas, já que dependem diretamente dos recursos que provêm do Tesouro Nacional para manutenção e desenvolvimento do ensino superior no Brasil (MOURA, 2017).

Em um orçamento contingenciado e escasso fica evidente a necessidade de utilizar os recursos financeiros de forma mais eficiente, pois a elevação descontrolada das despesas destinadas a manutenção e custeio das Universidades poderiam impactar diretamente o funcionamento da Instituição, afetando as atividades primordiais que são o ensino, a pesquisa

e a extensão e, prejudicar a realização de investimentos, além de acarretar muitas vezes em restos a pagar.

Diante do cenário, amplia-se o questionamento sobre a adequada destinação de recursos escassos para a educação superior, pública e gratuita. Questiona-se essa destinação em termos dela ser socialmente justa e desses recursos serem inadequadamente geridos. Acredita-se que a realocação desses recursos escassos implicaria o bem-estar da sociedade e reduziria a sua utilização ineficiente. Diante do exposto, destaca-se a seguinte questão de pesquisa: os recursos públicos disponíveis na universidade pública estão sendo usados de maneira administrativamente eficiente ou identificam-se desperdícios no uso desses recursos?

Frente ao contexto de restrição orçamentária e análise da eficiência dos gastos no qual a atinge todas as Universidades Federais, é relevante destacar o papel da Universidade de Brasília (UnB), dada a sua importância no orçamento do Ministério da Educação, que em 2019 representou o sexto maior orçamento de todas as Universidade Federais. Desta forma, o objetivo geral da pesquisa é analisar a eficiência no uso dos recursos públicos no desempenho das funções de uma universidade pública federal - no presente caso, a UnB, complementando essa análise com uma avaliação dos gastos efetuados a partir do seu orçamento anual.

Isto posto, esta pesquisa se justifica ante a relevância e atualidade do tema, devido à educação superior pública, financiada pelo Estado, absorver uma parcela significativa de recursos e pela contribuição da análise dos gastos públicos com ensino superior nas universidades federais brasileiras, despertando interesses, tanto internos quanto externos. Assim, essa pesquisa se mostra relevante, pois objetiva analisar a eficiência no uso dos recursos orçamentários nas universidades, visto que a alocação ineficiente, equivocada dos gastos em educação pode impactar em várias dimensões econômicas e sociais.

Como estratégia metodológica foram utilizados os elementos qualitativos, de caráter exploratório por meio de uma pesquisa bibliográfica documental, informações existentes em documentos como legislações, textos oficiais, relatórios, notas técnicas e trabalhos técnicos. Para a análise de dados quantitativos foram utilizados os dados públicos orçamentários e financeiros disponíveis no SIAFI e Siga Brasil. O trabalho concentrou-se então na pesquisa e na análise documental. Nesta pesquisa não se teve como finalidade interferir no processo de decisão do financiamento das universidades federais, mas analisar e descrever como o mesmo ocorre sob as perspectivas técnica e política.

De acordo com a fundamentação teórica e a análise dos dados pôde-se concluir que a questão-problema formulada inicialmente foi respondida, quando analisada que fatores como o contingenciamento, que por vezes ultrapassou bloqueios superiores a vinte por cento das dotações orçamentárias e, fatores como a redução de despesas em que a UnB exerce o controle como almoxarifado, água, energia elétrica, aquisição de material de consumo, diárias e passagens etc., comprovando, portanto, não haver desperdício de recursos públicos e, mostrando que a Universidade prioriza despesas essenciais para o seu funcionamento. Uma outra forma que mostra a possível eficiência da UnB é com relação aos restos a pagar, enquanto o Governo Federal e o conjunto das universidades federais tiveram uma evolução nos valores inscritos em restos a pagar, a UnB apresentou uma redução em tal valores no mesmo período, inclusive registrou seu menor valor no ano de 2018. Frente ao resultado, observa-se que os recursos foram usados de maneira administrativamente eficiente, com vistas ao cumprimento das políticas públicas, conseguindo, mesmo diante da escassez, cumprir o seu papel na produção de conhecimento.

É importante enfatizar que as Universidades são instituições extremamente complexas no que tange a sua gestão. Dependem de uma série de fatores, sobretudo governamentais e são suscetíveis a todas as turbulências que derivam do mercado e da sociedade. Nesse sentido, pode se afirmar que o estudo cumpriu seu objetivo que foi analisar a eficiência no uso dos recursos públicos no desempenho das funções de uma universidade pública federal.

REFERÊNCIAS

ABIKO, A. **Serviços Públicos Urbanos**. Texto Técnico nº 10. São Paulo: EPUSP – Departamento de Engenharia de Construção Civil, 2011.

ALBUQUERQUE, C. M.; MEDEIROS M.; FEIJÓ P. H. **Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal**. 2. ed. Brasília: Gestão Pública, 2008.

ALMEIDA, M.; MANOEL, A.; REBOUÇAS, H. “Os impasses do contingenciamento”. **Valor Econômico**. São Paulo, 2 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.provedor.nuca.ie.ufrj.br/eletrobras/estudos/almeida18.pdf>> Acesso em: 20 set. 2019.

AMARAL, N. C. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. **Avaliação**, Campinas, v. 13, n. 3, p. 647–680, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/03.pdf>> Acesso em: 13 set. 2019.

AMARAL, N. C. **Financiamento da educação superior: Estado X mercado**. São Paulo: Cortez; Piracicaba: UNIMEP, 2003.

AQUINO, A. C. B. de; AZEVEDO, R. R. de. Restos a pagar e a perda da credibilidade orçamentária. **Revista de Administração Pública** - (Early View), 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v51n4/1982-3134-rap-51-04-00580.pdf>> Acesso em: 09 out. 2019.

ARAÚJO, E. C. F.; SIENA, O.; RODRIGUEZ, T. D. M.; Receita Própria no Financiamento das Universidades Federais Brasileiras. **XVIII Colóquio Internacional de Gestão Universitária**. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190608?show=full>> Acesso em: 13 set. 2019.

ARAÚJO, J. A. de; MONTEIRO, V. B.; CAVALCANTE, C. A. Influência dos gastos públicos no crescimento econômico dos municípios do Ceará. **Economia do Ceará em Debate** 2010. Fortaleza, p. 176-200, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5428>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

BERTOLIN, J. C. G.; Os quase-mercados na educação na educação superior: dos improváveis mercados perfeitamente competitivos à imprescindível regulação do Estado. **Educação e Pesquisa**. v. 37, n. 2, p. 237-248, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1517-97022011000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 25 nov. 2019.

BEUREN, I. M.; MACÊDO, F.F.R.R. Artigos sobre gasto público e educação publicados em periódicos internacionais. **Revista de Administração em Diálogo**, Vol.16, n.3, Set/Out/Nov/Dez 2014. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/rad/article/view/12342/17183>> Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Financiamento da educação superior no Brasil: impasses e perspectivas [recurso eletrônico] / relator Alex Canziani; consultores legislativos Ricardo Chaves de Rezende Martins (coordenador); Aldenise Ferreira dos Santos... [et al.]. – Brasília: **Câmara dos Deputados, Edições Câmara**, 2018. – (Série estudos estratégicos; n. 11 e-book)

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. Decreto 7.654, de 23 de dezembro de 2011. Altera o Decreto no 93.872, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente, e dá outras providências. Brasília, 23 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7654.htm>. Acesso em: 03 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual técnico de orçamento MTO**. Brasília. 2019. Disponível em: <<https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2019:cap4>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Decreto traz mudanças na regulamentação de restos a pagar da União. Brasília 2018. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/decreto-traz-mudancas-na-regulamentacao-de-restos-a-pagar-da-uniao>> Acesso em: 08 out. 2019.

BRASIL.. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. A coleta de dados das IFES para alocação de recursos orçamentários. Brasília, nov., 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/relatoriocoleta2006.pdf>> Acesso em: 11 set. 2019.

CAMARGO, A. M. Casuísmos dos Restos a Pagar: uma Análise Legalista e Doutrinária. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 18, n. 27, p. 53–60, 2014. Disponível em:<<https://revista.pgsskroton.com/index.php/rcger/article/viewFile/2947/2779>> Acesso em: 02 out. 2019.

CANDIDO JÚNIOR, J. O. Os gastos públicos no Brasil são produtivos? **planejamento e políticas públicas ppp** | n. 23 | jun 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/77/88>> Acesso em 28 de ago. de 2014.

CANDIDO, J. L.; Falhas de Mercado e Regulação no Saneamento Básico. **Revista Eletrônica Informe econômico**, Ano 1, n. 1, ago., p. 85-89, 2013. Disponível em: <<https://ojs.ufpi.br/index.php/economiaufpi/article/view/1281>> Acesso em: 25 nov. 2019.

CARVALHO, C. H. A. DE; **A Política Pública para Educação Superior no Brasil (1995-2008): ruptura e/ou continuidade?** 2011. Tese – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011

COELHO, et al. Gestão de Restos a Pagar: estudo de caso dos resultados alcançados pela UFSC no período de 2011 a 2016. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 18, 2019. Disponível em: < <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2738>> Acesso em: 02 out. 2019.

COSTA, G. P. C. L.; GARTNER, I. R. O efeito da função orçamentária alocativa na redução da desigualdade de renda no Brasil: uma análise dos gastos em educação e saúde no período de 1995 a 2012. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2. 2017.

DINIZ, J. A.; MACEDO, M. A. S.; CORRAR, L. J. Mensuração da Eficiência Financeira Municipal no Brasil e sua Relação com os Gastos nas Funções de Governo. **Gestão & Regionalidade**, v. 28, n. 83, p. 33-50, 2012.

FERNANDES, A. C. **Economia Pública: Eficiência Econômica e Teorias das Escolhas Coletivas**. 2ª ed. Lisboa: Sílabo, 2011.

FRANÇA, A. C. S. G. **Créditos Orçamentários Inscritos em Restos a Pagar como Instrumento de Cumprimento dos Programas de Governo**. 2017. Trabalho Conclusão de Curso (Curso de Pós-Graduação Lato Sensu na área de concentração Senado Federal) - Senado Federal. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/543142/TCC_Ana_Clecia_Silva_Goncalves_de_Franca.pdf?sequence=1> Acesso em: 08 out. 2019.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA FUB. **Relatório de gestão 2010**. Brasília: FUB, 2010. Disponível em: <<http://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/relatoriogestao/Relatorio-Gestao-2010.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2019.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA FUB. **Relatório de Gestão 2014**. Brasília: FUB, 2014. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/relatoriogestao/Relatorio_Gestao_2014.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA FUB. **Relatório de Gestão 2015**. Brasília: FUB, 2015. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/relatoriogestao/Relatorio_Gestao_2015.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA FUB. **Relatório de Gestão 2017**. Brasília: FUB, 2017. Disponível em: <<http://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/relatoriogestao/Relatrio-de-Gesto---2017.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2019.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 13º ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas - Teoria e Prática no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GONÇALVES, Elizânia de Araújo. **GASTOS PÚBLICOS COM A EDUCAÇÃO SUPERIOR: Evolução dos Gastos Federais com a Universidade de Brasília entre 2003 e 2010**, 2013. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Economia do Programa Pós-Graduação em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14050/1/2013_ElizaniaAraujoGoncalves.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2019.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996

LYRIO, M. V. L., MELO, V. de S., CODESSO, M. M., & LUNKES, R. J. (2014). Orçamento por Desempenho: Uma Análise da Relação entre Desempenho e Alocação de Recursos em Ações no Orçamento de uma Instituição Federal de Ensino Superior. **Revista Gestão Universitária Na América Latina**, 7, 148–168. Disponível em< Acesso em: 21 ago. 2019

MACIEL, W. K. S; Metodologia para o cálculo do indicador “Investimento Público em Educação em relação ao PIB” de 2000 a 2010. **Texto para Discussão**. Brasília. INEP, 2012.

MALENA, D. C. C. Q.; BATISTA FILHO, J. A.; OLIVEIRA, J. H.; CASTRO, D. T. Análise situacional da eficiência do gasto público com despesas administrativas no governo do Estado do Tocantins. **Anais do Congresso CONSAD de Gestão Pública**, Brasília, 2013.

MARQUES, L. T. (2016). Análise da relação entre os indicadores de desempenho e as variações das despesas públicas em universidades federais de ensino superior. **Anais Do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. Retrieved from www.tcpdf.org

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. 8ª impressão. São Paulo: Atlas, 2008.

MATIAS-PEREIRA, J. A Economia Brasileira Diante da Crise Mundial: Fragilidades e Perspectivas de Crescimento. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 1, n. 2, p. 6-21, 2013. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20657/1/ARTIGO_EconomiaBrasileiraCrise.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MENDES, M. J. A Despesa Federal em Educação: 2004-2014. **Boletim Legislativo Nº 26**, 2015. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol26>>. Acesso em: 02 set. 2019.

MENDES, M. J. Sistema orçamentário brasileiro: planejamento, equilíbrio fiscal e qualidade do gasto público. **Cadernos ASLEGIS**, Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Brasília, v. 8, n. 25, 2008. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-39-sistema-orcamentario-brasileiro-planejamento-equilibrio-fiscal-e-qualidade-do-gasto-publico>> Acesso em: 01 out. 2019.

MENDES, Marcos. A Despesa Federal em Educação: 2004-2014. **Boletim Legislativo N° 26**, 2015. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol26>>. Acesso em: 02 set. 2019.

MEYER, E., BUSTAMANTE, T. da R., BATISTA JÚNIO, O. A. (2019). Autonomia Universitária, Democracia e Federalismo. **Revista Culturas Jurídicas**. Disponível em: < <http://www.culturasjuridicas.uff.br/index.php/rcj/article/view/758>> Acesso em: 25 set. 2019.

MORGADO, L. F. O Orçamento Público e a Automação do Processo Orçamentário. **Texto para Discussão, Senado Federal**, Brasília, 2011. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-85-o-orcamente-publico-e-a-automacao-do-processo-orcamentario>> Acesso em: 12 dez. 2019

MOTA, F. G. L. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 1ª ed. – Brasília, 2009.

MOURA, L. **Estudo sobre a relação entre as receitas e as despesas das universidades públicas federais nos anos de 2012 a 2015**. 2017. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24820/1/2017_LeandrodeMoura.pdf. Acesso em: 18 jan. 2020

MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. **Finanças públicas: teoria e prática**. Campus; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

OLIVEIRA, J. F. et al. Políticas de Acesso e Expansão da Educação Superior: concepções e desafios. **Texto para discussão**. Brasília. INEP, 2006.

PEÑA, C. R., ALBUQUERQUW, P. H. M., & DAHER, C. E. (2012). Dinâmica da produtividade e eficiência dos gastos na educação dos municípios goianos. **Revista de Administração Contemporânea**, 16(6), 845–865. <https://doi.org/10.1590/S1415-6552012000600006>. Acesso em: 28 jun. 2019.

PIRES, J. S. D. B.; ROSA, P. M.; SILVA, A. T. Um modelo de alocação de recursos orçamentários baseado em desempenho acadêmico para universidades públicas. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 3, n. 2, p. 238-270, 2010. Disponível em< [http://www.spell.org.br/documentos/ver/14498/um-modelo-de-alocacao-de-recursos-orcamentarios---](http://www.spell.org.br/documentos/ver/14498/um-modelo-de-alocacao-de-recursos-orcamentarios--->)> Acesso em: 10 set. 2019.

PLANEJAMENTO. O que é contingenciamento? [S.I] 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/elaboracao-e-execucao-do-orcamento/o-que-e-contingenciamento>>. Acesso em: 17 set. 2019.

QUINTANA, A. C., & SAURIN, V. Fontes de Financiamento e Despesas por Categorias Econômicas no Ensino Superior: uma análise comparativa em três Universidades Federais da

Região Sul. **Revista de Ciências Da Administração**, 7, 1–20. 2005. Disponível em: <
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2328>> Acesso em: 10 set. 2019.

QUINTANA, A. C.; IGNA, A. S. D. Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022. Brasília: FUB, 2019. Disponível em: <
http://planejamentodpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=791>. Acesso em: 31 out. 2019.

REZENDE, F. A. **Finanças Públicas**. 2º Edição – São Paulo: Atlas, 2010.

REZENDE, F. **Finanças Públicas**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RIANI, F. (1997), **Economia do Setor Público: uma Abordagem Introdutória**. 3.ª ed., Atlas, São Paulo.

ROCHA, F., & GIUBERTI, A. C. (2007). Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros. **Economia Aplicada**, 11(4), 463–485. <https://doi.org/10.1590/S1413-80502007000400001>. Acesso em: 28 jun. 2019.

SILVA, P. M.; CARVALHO, W. W.; CARVALHO, F. A.; FURTADO, R. P. M. Planejamento Orçamentário: as práticas da Universidade Federal de Lavras. **Revista Gestão Universitária Na América Latina – GUAL**. 2012. Disponível em: <
<https://www.researchgate.net/publication/273718149> Planejamento orcamentario as praticas da Universidade Federal de Lavras> Acesso em: 31 out. 2019.

SILVEIRA, F. S. A. **A Concretização do Direito Financeiro: os efeitos do contingenciamento na execução orçamentária**. 2014. Mestrado em Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Disponível em: <
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-30082017-140717/en.php>> Acesso em: 25 set. 2019.

TERNOSKI, D. M.; RIBEIRO, F.; CLEMENTE, A. A Influência da Aplicação de Recursos Públicos nas Áreas de Educação e Saúde com os Índices Sociais nos Municípios Parananenses **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 15, n. 1, p. 1-15, 2017.

VARIAN, H. R., **Microeconomia – Princípios Básicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

VELLOSO, J. **Universidade na América Latina: rumos do financiamento**. Cadernos de Pesquisa, n. 110, p. 39-66, jul. 2000.

VIERA, F. S.; PIOLA, S. F. **Implicações do Contingenciamento de Despesas do Ministério da Saúde para o Financiamento Federal do Sistema Único de Saúde**. Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 2016. Disponível em: <
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29199&Itemid=406>. Acesso em: 01 out. 2019.